



**Ministério
das Finanças**

Síntese de Execução Orçamental do OE 2020

**SETEMBRO
2020**

Índice

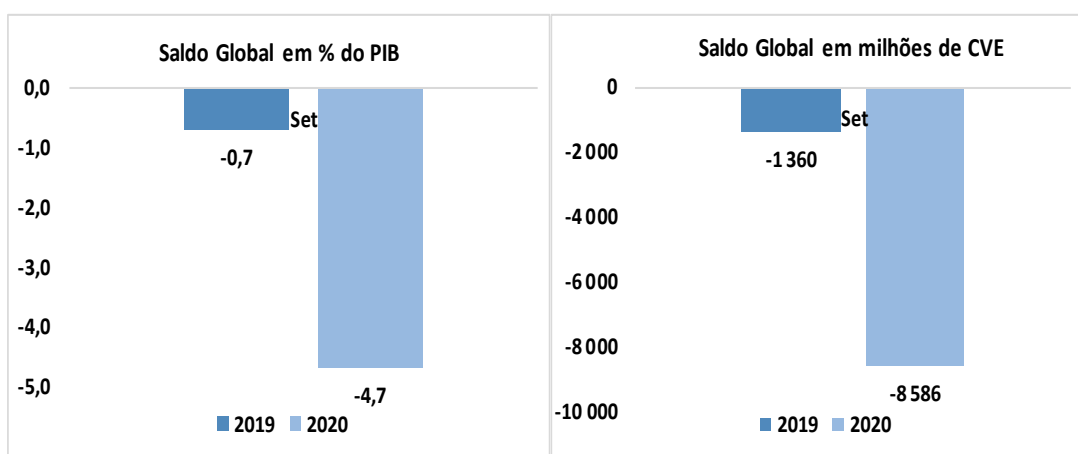
1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL	3
2. RECEITAS TOTAIS	6
2.1. Enquadramento Geral	6
3. DESPESAS CORRENTES	9
3.1. Despesas Correntes de Funcionamento	9
4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO	12

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Para mitigar os efeitos da crise sanitária e económica, o Governo, através do OR 2020, está a implementar um conjunto de medidas com objetivo de fazer face aos impactos negativos da crise sanitária da COVID-19 sobre às famílias, aos jovens e aos mais vulneráveis, mas também sobre as empresas. Das medidas em causa, destaca-se as medidas de reforço sanitário e de apoio à tesouraria das empresas, tendo em vista o emprego; bem como a implementação de medidas que garantam o rendimento aos mais vulneráveis, como o rendimento solidário, o rendimento emergencial e o alargamento do rendimento de inclusão social. Tais medidas, necessárias, consubstanciaram numa maior pressão às finanças públicas, para além do impacto direto da crise sobre as receitas fiscais.

A 30 de setembro de 2020, o valor provisório do saldo global foi negativo em 8.586,3 milhões de CVE, ou seja, um défice de 4,7% do PIB projetado pelo MF, e um agravamento 4,0 p.p., face ao mesmo período de 2019. De dizer, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 3,6%, agravando-se em 5,6 p.p., comparativamente ao período homólogo.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Assim, a execução orçamental provisória, até setembro de 2020, resultou:

- da diminuição das receitas totais em 19,3% (-7.306,7 milhões de CVE);
- de um agravamento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 3,3% (+1 195,1 milhões de CVE) e;
- da diminuição de investimento em ativos não financeiros em 47,8% (-1.275,7 milhões de CVE).

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2019		Orç. Ret 2020		2020	
	Orç. 2019	Set	Orç. Ret 2020	Set	Grau Exec.	Tax. hom Set
1. Receitas Totais	63 611	37 803	53 869	30 496	44,6	-19,3
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 132	36 578	45 309	27 269	43,7	-25,4
Impostos	44 407	30 652	33 952	23 761	49,4	-22,5
Segurança Social	61	46	70	42	60,1	-8,6
Transferências (donativos)	5 479	1 225	8 559	3 227	54,1	163,4
Outras Receitas	13 665	5 881	11 288	3 467	24,2	-41,0
2. Despesas Totais (FUN+INV)	59 147	36 492	64 974	37 687	60,4	3,3
2.1-Despesas Correntes	59 147	36 492	64 974	37 687	60,4	3,3
dq: despesas de funcionamento	48 327	32 373	49 440	32 209	64,1	-0,5
dq: Juros da dívida interna	3 406	1 585	3 337	2 337	70,0	47,4
dq: Juros da dívida externa	2 128	2 266	1 754	1 394	62,5	-38,5
dq: despesas correntes de investimento	10 820	4 119	15 534	5 478	45,1	33,0
3. Resultado Operacional Bruto	4 464	1 311	-11 105	-7 191	-119,7	-648,5
4. Activos não Financeiros	10 330	2 671	9 851	1 395	14,6	-47,8
Compra de activos não financeiros	12 326	2 753	10 301	1 479	13,7	-46,3
dq: programa de investimento	11 861	2 546	9 772	1 228	11,9	-51,8
Venda activos não financeiros	1 996	82	451	83	6,8	1,8
5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)	-5 866	-1 360	-20 956	-8 586	240,6	531,3
Saldo global (em percentagem do PIB)	-3,0	-0,7	-11,4	-4,7		
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-11 344	-2 585	-29 515	-11 813		
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-1 015	86,0	-19 665	-10 418		
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,5	0,0	-10,7	-5,7		
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	4 519	3 937	-14 574	-6 687		
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	2,3	2,0	-7,9	-3,6		
Saldo global Primário (5+juros)	-332	2 491	-15 865	-4 856		
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,2	1,3	-8,6	-2,6		
6. Financiamento	5 866	836	20 956	9 133		
6.1 Activos Financeiros	-8 393	-1 657	-4 569	-1 210		
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	185	1 603	392	173		
Concessão de Empréstimo	-4 931	-1 315	-4 664	-843		
Acções e outras participações - MI	-3 667	-1 944	-1 445	-547		
Acções e Outras Participações ME						
Acções E Outras Participações MI - Alienação				6,3		
Depositos Cert. Poup. MI - Constituições	-954					
Depositos Cert. Poup. MI - Levantamentos	973		1 148			
Outros activos						
6.2 Passivos Financeiros	14 259	2 493	25 525	10 343		
Interno líquido	4 369	-1 944	5 488	3 740		
Sistema bancário		-3 667		-1 379		
Empréstimos obtidos	10 148		12 552			
Amortização	-5 779		-6 919			
Empréstimos concedidos						
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-90	-145	-101		
Outras Operações do Tesouro		-219		-274		
Outros passivos*				3 304		
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte		95				
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-1 935		3 114		
Pagamento de Cheques e transferência em Transito				-2 067		
Sistema não bancário		3 871		1 142		
Externo líquido	9 890	4 437	20 037	6 603		
Desembolsos	14 221	7 785	22 677	9 993		
Amortizações programadas	-4 331	-3 348	-2 640	-3 390		
7.Diferencial Financ./ Discrepância (5 - 6)	0	-524	0	547		

*No financiamento interno foi contabilizado provisoriamente o desembolso do empréstimo do FMI ao BCV, mas disponibilizado na conta do Tesouro para efeito do financiamento do orçamento, na rubrica "Outros Passivos Financeiros Pmi – Aquisições", enquanto se aguarda informações mais conclusivas por parte do BCV, que estará a determinar a contabilização definitiva.

Fonte: MF

2. RECEITAS TOTAIS

2.1. Enquadramento Geral

As receitas totais da Administração Central, até setembro de 2020, atingiram 30.496,3 milhões de CVE, registando uma diminuição de 19,3%, perante o período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da diminuição dos impostos diretos (-21,6%), dos impostos indiretos (-22,9%), da segurança social (-8,6%), das outras receitas (-41,0%) e do aumento dos donativos (+163,4%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 21,6% resultou, essencialmente e à semelhança dos últimos meses, da evolução negativa do IRPC (-38,7%), cerca de menos 1.763,0 milhões de CVE em face à arrecadação no período homólogo do ano anterior:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 4.699,3 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de (-306,9 milhões de CVE; -6,1%). A variação da arrecadação deste imposto não foi muito acentuada dado que, apesar da situação de crise, não houve ainda um grande impacto no desemprego e dado que medidas como o *layoff* permitiram manter algum rendimento às pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 2.793,4 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de (-1.763,0 milhões de CVE; -38,7%), devido à redução da arrecadação nos fracionados, anulação para as empresas com redução significativa do volume de negócios e à diminuição da taxa do IRPC. Igualmente, em consequência dos impactos da crise da COVID-19, assiste-se a um aumento de pedidos de pagamento em prestações deste imposto por parte dos agentes económicos.

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Set	Orç. Ret 2020	Set	Grau Exec. (%)	Tax. hom Set
Impostos	44 407	30 652	33 952	23 761	70,0	-22,5
<i>Imposto único sobre rendimentos</i>	13 743	9 563	11 558	7 493	64,8	-21,6
IR-PS	8 106	5 006	6 249	4 699	75,2	-6,1
IR-PC	5 638	4 556	5 309	2 793	52,6	-38,7
<i>Imposto sobre bens e serviços</i>	21 421	14 912	15 582	11 061	71,0	-25,8
Sobre bens e serviços	16 786	12 049	12 895	9 144	70,9	-24,1
Imposto sobre o valor acrescentado	16 786	12 049	12 895	9 144	70,9	-24,1
IVA DA	8 593	5 939	6 424	4 867	75,8	-18,1
IVA DCI	8 193	6 110	6 471	4 277	66,1	-30,0
Sobre vendas	0	1	0	2	0,0	113,1
Imposto para serviços de incêndio	0	1	0	2	0,0	113,1
Sobre consumo	2 754	1 590	1 617	1 207	74,6	-24,1
Imposto consumo especial	2 754	1 590	1 617	1 207	74,6	-24,1
Impostos diversos sobre serviços	1 118	739	513	292	56,9	-60,5
Contribuição turística	1 118	739	513	292	56,9	-60,5
Outros impostos	763	533	557	416	74,6	-22,1
Taxa ecologica	763	533	557	416	74,6	-22,1
<i>Impostos sobre transações internacionais</i>	8 472	5 655	6 240	4 758	76,3	-15,9
Direitos de importação	8 097	5 408	5 966	4 540	76,1	-16,0
Taxa comunitaria CEDEAO	375	247	273	218	79,8	-11,8
<i>Outros impostos</i>	770	522	572	449	78,5	-14,0
Imposto de selo	726	489	534	427	80,0	-12,7
Imposto especial sobre jogos	44	33	38	22	57,9	-33,4
Segurança Social	61	46	70	42	60,1	-8,6
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	60	45	68	41	60,4	-8,7
Outras Contribuições	1	0	1	0	39,1	8,9
Transferências	5 479	1 225	8 559	3 227	37,7	163,4
De Governos Estrangeiros	5 030	1 021	7 492	2 849	38,0	179,0
Ajuda Orçamental	2 020	276	1 957	2 287	116,8	729,5
Ajuda Alimentar	158	173	304	70	23,0	-59,6
Donativos directos	2 852	568	5 230	490	9,4	-13,7
Outras	0	4	0	2	0,0	-53,5
De Organizações Internacionais	0	42	604	67	11,0	59,0
Das Administrações Públicas	449	162	464	311	67,1	92,0
Outras Receitas	13 665	5 881	11 288	3 467	30,7	-41,0
Rendimentos de propriedade	4 488	524	3 502	230	6,6	-56,2
Venda de bens e serviços	7 896	4 595	6 366	2 685	42,2	-41,6
Multas e outras penalidades	297	293	299	151	50,5	-48,5
Outras transferências	330	122	425	34	8,1	-71,7
Outras receitas diversas e não especificadas	655	348	695	367	52,8	5,3
Total de Receitas	63 611	37 803	53 869	30 496	56,6	-19,3

Fonte: MF

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 22,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – O IVA registou no período em análise uma execução de 9.143,9 milhões de CVE, traduzindo assim, numa evolução de -2.905,5 milhões de CVE (-24,1%). Este desempenho confirma a inversão da tendência de crescimento deste imposto, dados os fortes impactos da crise da COVID-19, principalmente a nível do Turismo, e as medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações;
- Contribuição Turística – A receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 292,0 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -447,0 milhões de CVE (-60,5%), revelando um forte impacto da crise da COVID-19, uma vez que estas receitas advêm diretamente do fluxo de turismo (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), que caiu drasticamente nos últimos meses, desde o encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo, para estes efeitos;
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 15,9% (-896,5 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2019, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 16,0% (-867,2 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 11,8% (-29,2 milhões de CVE);
- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo registou uma evolução negativa em termos homólogos de 12,7% (-61,8 milhões de CVE), situando-se em 426,9 milhões de CVE;
- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos situou-se nos 21,9 milhões de CVE, com uma evolução negativa em termos homólogos de 33,4% (-11,0 milhões de

CVE) uma vez que estas receitas proveem essencialmente da atividade turística na Ilha do Sal, tendo esta sofrido fortes impactos com a crise pandémica.

No que toca às transferências (donativos), houve um aumento de 163,4% (+2.001,8) milhões de CVE) em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 3.226,9 milhões de CVE. Do montante 2.286,7 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 490,4 milhões de CVE são destinados aos donativos diretos aos projetos de investimentos e 70,1 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 41,0%, refletindo o impacto da pandemia COVID-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, serviços policiais e fronteiras, taxas de serviços de secretaria, taxas de serviços médico hospitalares, multas e outras penalidades e taxas de estatísticas aduaneiras.

3. DESPESAS CORRENTES

Em setembro de 2020, o total das despesas correntes (funcionamento e investimento) situou-se em 37.687,1 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 3,3%, em face ao período homólogo. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de despesas com o pessoal (+4,5%), aquisições de bens e serviços (+20,3%), dos subsídios (+209,3%), das transferências correntes (+9,1%) e dos benefícios sociais (+12,0%) conjugado com a diminuição dos juros (-3,0%) e das outras despesas correntes (-49,9%).

O valor da despesa por regularizar, em setembro, situou-se em cerca de 330,5 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas.

3.1. Despesas Correntes de Funcionamento

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

As despesas correntes de funcionamento, em setembro de 2020, evidenciaram uma diminuição de 0,5% (-164,0 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 32.209,3 milhões de CVE, como resultado da execução das seguintes rubricas:

- Outras Despesas Correntes evidenciaram uma diminuição de 51,6% (-1.059,1 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela diminuição da rubrica restituições em 84,7% (-853,0 milhões de CVE) e das outras despesas residuais em 41,2% (-31,3 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços registaram uma diminuição de 1,1% (-35,4 milhões de CVE), face ao período homólogo do ano anterior, derivado sobretudo da diminuição das rubricas de Deslocação e Estadas, Comunicações, Combustíveis e Lubrificantes dado aos fortes impactos da crise da COVID-19 e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente suspensão/restrições das deslocações internacionais, inter-ilhas, o recurso ao teletrabalho e trabalho por turnos;
- A despesa com o pessoal evidenciou um agravamento de 4,7% (+681,3 milhões de CVE) justificado, essencialmente pela regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas e das Comissões de Recenseamento Eleitoral; recrutamentos de técnicos para os serviços do Departamento Governamental responsável pela área da Agricultura e Ambiente; atualização do valor de índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal da Polícia Nacional, desta feita a fixar-se nos 63.000 CVE (sessenta e três mil escudos); implementação do novo Estatuto da Carreira dos Militares, estabelecendo os valores de índice 100 da estrutura remuneratória dos militares e recrutamentos de técnicos para diferentes esferas da administração pública. As medidas e atos que levam a um aumento da despesa pública foram suspensas a partir da aprovação do OR 2020;

- A despesa com o serviço da dívida registou uma diminuição de 3,0% (-115,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2019, derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da COVID-19 nos países vulneráveis;
- Os subsídios registaram um aumento de 209,3% (+277,6 milhões de CVE), justificado principalmente pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras em 541,4% (+277,6 milhões de CVE), nomeadamente, o pagamento da indemnização compensatória através do Fundo Autónomo do Desenvolvimento de Transporte Marítimo, como resultado da taxa de ocupação de passageiros nas viagens marítimas inter-ilhas;
- As Transferências correntes tiveram um aumento de 11,4% (+327,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelo aumento na rubrica municípios correntes em 11,1% (+287,6 milhões de CVE) dado a atualização do FFM, nos termos previsto na lei, em que o valor previsto para 2020 ultrapassa em mais de 357 mil contos o montante orçamentado em 2019 e na rubrica quotas a organismos internacionais correntes em 21,4% (12,7 milhões de CVE);
- Os Benefícios Sociais aumentaram 4,6% (+234,4 milhões de CVE), justificado, essencialmente, da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, agravado pelo impacto da adesão de vários funcionários públicos ao regime de pensão antecipada, aprovado pelo Governo no OE 2019, bem como pela passagem à reforma dos contratados locais nas embaixadas e serviços consulares dando origem ao aumento nas rubricas pensões de aposentação em 5,9% (+190,4 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 4,8% (+9,7 milhões de CVE); aumento nos outros benefícios sociais em numerários, 25,7% (+2,6 milhões de CVE) no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional.

Quadro 3 - Evolução das Despesas de Funcionamento

Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Set	Orç. Ret. 2020	Set	Grau Exec. (%)	Tx. hom Set
Despesas com Pessoal	21 790	14 375	22 307	15 056	67,5	4,7
Remuneração Certas e Permanentes	20 334	13 316	20 504	13 918	67,9	4,5
Segurança Social	1 456	1 059	1 803	1 138	63,1	7,5
Aquisição de Bens e Serviços	5 887	3 157	6 698	3 122	46,6	-1,1
Juros correntes	5 637	3 870	5 187	3 754	72,4	-3,0
Dívida interna	3 406	1 585	3 337	2 337	70,0	47,4
Dívida externa	2 128	2 266	1 754	1 394	79,5	-38,5
Outros encargos	102	19	96	23	24,4	22,2
Subsídios	579	133	807	410	50,8	209,3
Transferências Correntes	4 438	2 873	4 756	3 201	67,3	11,4
Governos Estrangeiros	111		59	12	20,9	0,0
Organismos Internacionais	402	69	455	72	15,9	5,7
Administração pública	3 925	2 805	4 241	3 116	73,5	11,1
Benefícios Sociais	6 482	5 107	6 936	5 341	77,0	4,6
Outras despesas correntes	3 515	2 053	2 749	994	36,2	-51,6
Despesas Correntes	48 327	31 568	49 440	31 879	64,5	1,0
Valor a regularizar		805		330	0,0	-58,9
Total de Funcionamento	48 327	32 373	49 440	32 209	65,1	-0,5
Activos não Financeiros	465	207	529	251	47,4	21,4
TOTAL DESPESAS	48 792	32 580	49 969	32 460	65,0	-0,4

Fonte: MF

4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu os 6.705,7 milhões de CVE, representando 26,5% do orçamento rectificativo de 2020. Do montante pago, 57,6% (3.862,9 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 25,4% (1.704,1 milhões de CVE) por Empréstimos e 14,6% (977,5 milhões de CVE) por Donativo.

Quadro 4 – Programa de Investimento Público

Quadro 4. FP: Despesas de Investimento						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Set	Orç. Ret 2020	Set	Grau Exec. (%)	Tx. hom Set
Despesas com Pessoal	1 417	732	1 341	723	54,0	-1,2
Remuneração Certas e Permanentes	1 275	662	1 201	651	54,2	-1,7
Segurança Social	142	70	139	72	52,0	3,9
Aquisição de Bens e Serviços	4 903	1 685	8 741	2 702	30,9	60,4
Subsídios	0	0	84	0	0,0	0,0
Transferências Correntes	1 718	1 264	3 316	1 313	39,6	3,9
Governos Estrangeiros	107	0	760	52	6,8	0,0
Organismos Internacionais	33	31	19	0	0,0	-100,0
Administração pública	1 578	1 233	2 537	1 261	49,7	2,3
Benefícios Sociais	480	176	1 110	575	51,8	226,0
Outras despesas correntes	2 301	262	943	165	17,5	-37,0
Despesas Correntes	10 820	4 119	15 534	5 478	35,3	33,0
Activos não Financeiros	11 861	2 546	9 772	1 228	12,6	-51,8
TOTAL DE INVESTIMENTO	22 681	6 665	25 306	6 706	26,5	0,6

Fonte: MF